



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PTdoB – PROS – PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PTN – PMN – PEN – PTC – PHS – PPS – PSC – PSD – REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Deputado Deputado Deputado Deputado

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vitor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Cristiano Silveira

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 4h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Cherm	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	Sem partido	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PCdoB – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Fábio Cherm	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	
Deputada João Alberto	PMDB – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM
Deputado Emidinho Madeira	PSB
Deputado	PCdoB – BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PSB	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente



Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB.–BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – LEI

2 – ATA

2.1 – 8ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – pelos 50 anos de sua fundação

3 – MATÉRIA VOTADA

3.1 – Plenário

4 – ORDENS DO DIA

4.1 – Plenário

4.2 – Comissões

5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 – Plenário

5.2 – Comissões

6 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



LEI

LEI Nº 22.057, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 22.827 vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembleia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 22.827:

Art. 1º – Ficam proibidas a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins a que se destina.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, entende-se como obra pública toda construção, reforma, recuperação ou ampliação custeada pelo poder público estadual que sirva para o uso direto ou indireto da população, como:

I – hospitais, unidades de pronto atendimento, unidades básicas de saúde;



II – escolas, centros de educação infantil e estabelecimentos similares;

III – restaurantes populares;

IV – rodovias e ferrovias.

Art. 2º – (Vetado).

Art. 3º – Considera-se obra pública que não atende aos fins a que se destina aquela que, embora completa, apresente as seguintes condições de funcionamento:

I – falta de número mínimo de profissionais que possam prestar o serviço;

II – falta de materiais necessários à finalidade do estabelecimento;

III – (Vetado).

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de abril de 2016; 227º da Inconfidência Mineira e 194º da Independência do Brasil.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2016

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado João Alberto – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Newton Cardoso – Palavras do Sr. Antônio de Andrade – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Gilberto Abramo – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Rogério Correia – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das três reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio Andrade, vice-governador do Estado de Minas Gerais e presidente estadual do PMDB; deputado federal Newton Cardoso Júnior; e Newton Cardoso, governador do Estado de Minas Gerais no período de 1987 a 1991; a Exma. Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; os Exmos. Srs. conselheiro Sebastião Helvécio, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Odair Cunha, secretário de Estado de Governo de Minas Gerais; Antônio Júlio, presidente da Associação Mineira de Municípios e prefeito de Pará de Minas, representando os prefeitos municipais presentes; e Bruno Júlio, presidente nacional da Juventude do PMDB; a Exma. Sra. deputada Celise Laviola, representando todas as mulheres do PMDB presentes; e os Exmos. Srs. deputados Gilberto Abramo, presidente estadual do Partido Republicano Brasileiro – PRB; e João Alberto, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Registramos e agradecemos as presenças do Exmo. Sr. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; da Exma. Sra. Aparecida Moura, presidente do PMDB Mulher; dos Exmos. Srs. Felipe Piló, presidente do PMDB Jovem; Mauro Borges, presidente da Cemig; Ângelo Tadeu, presidente da Fundação Ulysses Guimarães; Altamir Rôso, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; João Cruz, secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pecuária; Ângelo Oswaldo, secretário de Cultura; deputado Tadeu Leite, secretário de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana; Eduardo Andrade, presidente da Gasmig; Augusto Veríssimo da Silva, o mais antigo peemedebista mineiro aqui presente, por quatro vezes prefeito de Fernandes Tourinho; e José Donald Bittencourt Júnior, presidente da Junta Comercial; e da Exma. Sra. ex-deputada Maria Elvira.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo grupo musical do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios –, sob a regência do Subten. Amauri Pereira de Paula.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Alberto

Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nosso líder, o jovem deputado Adalclever Lopes, e, na sua pessoa, saúdo não só os membros da bancada estadual do PMDB, composta por 15 deputados, mas todos os deputados de outras agremiações que prestigiam esta solenidade.

Quero saudar nosso presidente estadual do PMDB de Minas Gerais, vice-governador dos mineiros, Antônio Andrade; o deputado federal Newton Cardoso Júnior, autor de uma mesma homenagem em sessão solene na Câmara dos Deputados; o nosso eterno governador dos mineiros, grande líder do nosso partido e nacional, Newton Cardoso; a Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, aqui também representando as mulheres; o conselheiro Sebastião Helvécio, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que teve, antes de seguir uma nova missão em sua vida, a oportunidade de servir Minas Gerais desta tribuna, desta Casa e também pelos quadros do PMDB; o meu amigo e secretário de Estado, deputado federal Odair Cunha, representando o nosso governador Fernando Pimentel. Saúdo ainda todas as mulheres do PMDB na pessoa da minha amiga e colega de bancada, deputada Celise Laviola, e na pessoa da presidente do PMDB Mulher, Aparecida Moura. Em nome do início da minha vida pública, da minha trajetória, saúdo a juventude do PMDB na pessoa do Bruno Júlio, presidente nacional da Juventude do PMDB, e Felipe Piló, presidente da Juventude do PMDB em Minas Gerais. Da mesma forma saúdo o PMDB Afro na pessoa do Arcanjo, seu presidente; os nossos prefeitos na pessoa do Antônio Júlio, que foi presidente desta Casa e é o atual presidente da Associação Mineira de Municípios; os nossos vice-prefeitos, vereadores, presidentes de diretórios e militantes deste partido, que é orgulho para Minas e para o nosso país.



Quero iniciar a minha fala agradecendo a homenagem ora realizada, acolhida por esta Casa por meio de nossos pares, idealizada por toda a bancada estadual, a quem especialmente quero agradecer na pessoa do presidente Adalclever Lopes e dos demais membros da nossa bancada. Este é o reconhecimento da Casa do povo mineiro à brilhante trajetória e atuação daqueles que honram e honraram a mais longeva legenda partidária do nosso país; legenda que, ao ouvir as vozes angustiadas e silenciosas das ruas, legou ao nosso país o seu maior patrimônio: a democracia.

Ao celebrarmos os 50 anos da fundação, meio século da história do PMDB, do MDB, é mister fazer relato, contextualizar o caminho entre o PMDB e as últimas cinco décadas da história do nosso país. Hoje, em tempos que se mostram turvos em nosso Brasil, não podemos deixar, daqui de nossa Minas, de comemorar esse cinquentenário, reafirmando o nosso compromisso original com o povo montanhês de seguirmos na luta intransigente pela liberdade, confirmando nossa vocação democrática e republicana.

Nesses 50 anos, comemoramos também o ano em que completaria um século de vida um dos maiores brasileiros de todos os tempos e símbolo da resistência democrática do velho MDB de guerra: o Dr. Ulisses Guimarães. Registrarei o seu papel emblemático e de condutor desse movimento; abordarei a democracia, o PMDB no Brasil e a participação protagonista do PMDB mineiro, a atualidade, compreendendo o difícil momento por que passa a Nação e o exemplo sempre lúcido do diálogo e relação entre os Poderes em Minas Gerais; e, por último, farei uma crítica e também uma defesa da ação política contemporânea.

Idos de 1964, com a revolução, instala-se o regime militar em nosso país. Em 1965, o governo militar emite o Ato Institucional nº 2 e extingue os partidos políticos existentes à época. Situação e adeptos do regime se agrupam na Arena – Aliança Renovadora Nacional –, enquanto opositores ao regime fundam o MDB – Movimento Democrático Brasileiro –, um movimento de renitência e crítica à situação vigente.

Logo nas eleições de 1966, 1968 e 1970 surgem os primeiros desafios. Legenda opositora ao duro regime, o medo da população com o acirramento das disputas, prisões, torturas, mortes, a liberdade se afastaria do povo brasileiro. O MDB tem resultados pífios nas eleições. O senador e então presidente do MDB nacional, Oscar Passos, não se reelege nas eleições de 1970 e o MDB passa a ser comandado pela figura exponencial de Dr. Ulysses Guimarães. O partido passa a contar com as alas dos moderados e dos autênticos, estes últimos com posição mais firme pela derrubada do regime militar.

Episódio marcante advém com a anticandidatura em 1973, homologada em convenção nacional do MDB, do Dr. Ulysses Guimarães para presidente, e de Barbosa Lima Sobrinho, para vice-presidente, enfrentando Ernesto Geisel, candidato oficial do regime militar. Expressa lacônico o Dr. Ulysses: "Não é o candidato que vai percorrer o País. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição". Essa frase foi dita na convenção de 23/9/1973. Percorrem o Brasil os anticandidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Em uma peregrinação de fé à democracia, a retomada desse bem universal humano, que é a liberdade de um povo, do nosso povo brasileiro.

O colégio eleitoral de 15/1/74 garante a vitória do governo por 400 votos a 75, mas essa corrida marca o início da virada democrática do povo brasileiro. Em 15/11/74, o MDB vence as eleições parlamentares. Elege senadores em 16 dos 22 estados e duplica a bancada na Câmara dos Deputados. O mesmo ocorre em 1976, com diversas vitórias de prefeitos e vereadores. O governo reage e edita o Pacote de Abril, em 1977. Entre outras medidas, houve mudanças eleitorais com repercussão na eleição de 1978, com a criação do senador biônico.

No ano de 1978, outro episódio entra para história. Dr. Ulysses, Freitas Nobre, Tancredo Neves e Saturnino Braga rumavam, a pé, para a sede do MDB baiano, quando depararam com as baionetas e cachorros do regime. Bradou o Dr. Ulysses: "Respeitem o líder da oposição". Logo depois, na sacada do casarão, sede do MDB baiano, sentenciou: "Soldados da minha pátria, baioneta não é voto e cachorro não é urna". Em 1980, ano em que o regime quer pôr fim ao Movimento Democrático Brasileiro, com a lei dos partidos políticos, regata-se o pluripartidarismo, com o intuito principal de enfraquecer o Movimento Democrático Brasileiro. Exige-se com a nova lei que coloquem a designação partido e, numa ideia simples, mas gigante nas suas consequências para o bem do País, eis que temos o PMDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.



Em 1982 ocorrem eleições gerais, exceto para presidente, com eleições diretas para governador. O PMDB elege nove governadores, entre eles o de Minas Gerais, Tancredo Neves, e o de São Paulo, Franco Montoro. O PDS, 12 governadores, e o PDT, o governador do Estado do Rio de Janeiro. O PMDB ainda elege nove senadores, 200 deputados federais, 404 deputados estaduais, 1.307 prefeitos e milhares de vereadores em nosso país. Maestro desta mudança, com a ditadura se exaurindo, o PMDB se articula para buscar o meio para este fim.

Após apresentação da emenda nominada Dante de Oliveira, em Pernambuco, na cidade de Abreu e Lima, no dia 31/3/83, é lançada a campanha pelas diretas, após emenda do deputado Dante de Oliveira. Ocorre o primeiro comício nessa cidade e, daí em diante, o movimento democrático permeia todo o território brasileiro com manifestações, passeatas e comícios entoados pela canção *Coração de Estudante*, de Milton Nascimento, hino da redemocratização. Timoneiros desta caminhada são Dr. Ulysses, Tancredo Neves, Teotônio Vilela e tantos outros.

Em 25/4/84, após manobras do governo, infelizmente, a emenda das diretas é derrotada. O PMDB, cioso do seu destino, comprometido com a Nação e determinado, apresenta no Colégio Eleitoral a frente liderada por Tancredo Neves, tendo como vice-presidente José Sarney, e, no dia 15/1/85, elege a chapa da Aliança Democrática, derrotando Paulo Maluf e Flávio Marcílio. Tancredo eleito e fim da ditadura militar.

O inesperado acontece. Um dia antes da sua posse, que seria em 15/3/85, o presidente eleito Tancredo Neves é hospitalizado. Uma noite e madrugada longas e de dúvidas pairam pelo País. Quem assumiria: José Sarney ou Ulysses Guimarães? Após intensas e tensas conversas e articulações, assume a presidência José Sarney. Este momento da história ressalta a devoção e altruísmo do Dr. Ulysses pelo nosso país, pela nossa nação.

Como consequências do movimento de 1985, que ainda registra a perda triste para o povo brasileiro de Tancredo Neves, em 1986, o PMDB tem sua maior vitória nas urnas nos estados. Elege 22 dos 23 governadores, 75% das vagas para senadores, 260 cadeiras para deputado federal e, para deputado estadual, somente em Minas Gerais, das 77 vagas, elege 41, sendo eleito governador este decano e grande líder do nosso partido, Dr. Newton Cardoso. Um homem que, a partir daquele momento, com seu espírito democrático, empreende um novo ritmo de grandes realizações, de grandes obras, sempre com um olhar especial aos mais pobres e às regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais. Não tenho dúvida, Dr. Newton, que deixa saudades para todos os mineiros a forma de governar de V. Exa.

A Assembleia Nacional Constituinte começa em 1987, são 19 meses de trabalho. Senadores, deputados, juristas, participação popular. O prometido na corrida do Colégio Eleitoral materializa-se no processo de retomada do Estado com a promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã. "Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social", assinala Dr. Ulysses Guimarães.

O Brasil, após 29 anos sem votar para presidente, tem eleições diretas e, em 1989, elege Fernando Collor. O PMDB, com a candidatura de Ulysses, amarga um resultado insignificante. O governo Collor não chega além de 1992, quando sofre *impeachment*, com a participação decisiva do PMDB, de outros partidos e dos movimentos sociais. Assume a presidência o vice-presidente Itamar Franco. Neste mesmo ano, o Brasil perde o Senhor Diretas, desaparecido no dia 12/10/92, num acidente notoriamente conhecido de todos. O PMDB ainda disputa as eleições em 1994 com Orestes Quércia, mas também não tem um resultado satisfatório.

O partido que havia se consagrado força motriz da democracia continua forte nos estados e municípios, mas não apresenta um projeto nacional. Aqui talvez a nossa maior dificuldade: conseguir a união de tantos próceres da cena política brasileira. O partido, mesmo com seus reveses, marca sua conduta como ponto de equilíbrio e governabilidade no País. No governo Itamar, este com origens no PMDB, consolida a estabilidade política e o início da econômica; no governo FHC, a estabilidade econômica; e, no governo do presidente Lula, apoia a estabilidade social do nosso país. Em 2010, o presidente nacional do partido e deputado federal Michel Temer é eleito vice-presidente da República, reeditando a eleição em 2014.



O PMDB de Minas exerceu papel de destaque nessa parte importante da história brasileira. Em Minas, nosso PMDB segue preconizando o diálogo lúcido e harmonioso entre os Poderes. Temos que, rápido, repensar a Federação, e uma maior e mais robusta autonomia do Estado nos facilitaria esse processo. Certamente um pacto federativo é uma das principais bandeiras hoje do PMDB.

Tenho a honra de estar há 20 anos no PMDB, desde meus 18 anos. Como militante que sou e sempre serei, exerci as presidências estadual e nacional da juventude do meu partido. Pude servir Minas e o País em diversas ocasiões e hoje exerço minhas funções neste Parlamento, o Parlamento dos mineiros.

Ocupo uma das vice-presidências na legenda do PMDB em Minas Gerais, pela representação popular, partido do qual tenho a honra de fazer parte. Vivemos o desafio, a superação e os novos passos. Um partido com o patrimônio do PMDB não foge à luta política e nela se reinventa. A dimensão de seu legado é muito maior que as pessoas que dele quiseram se apropriar.

Aliás, erram aqueles que acham que, desejando extinguir ou aniquilar partido político A ou B, estão contribuindo para a democracia. A democracia é o princípio basilar da liberdade. Desde a Grécia antiga, berço da democracia, os homens são livres. A democracia universaliza direitos e deveres, a participação na política, na vida econômica, social e cultural de uma nação. É a democracia que fortalece as instituições, e é na democracia que o PMDB sela seu elo e compromisso com o futuro do Brasil.

O crítico e nebuloso clima de instabilidade no País deve se alicerçar na democracia e nas instituições. Ouvir as ruas é fundamental, mas que fique claro: o recado das ruas é para toda a classe política. O que devemos exaltar no respeito às ruas é que existe o contraditório. A democracia é feita de divergências e do repúdio por qualquer incitação a ódio, ira e intolerância. A classe política deve fazer o mea-culpa e absorver este momento com as vozes de mudança, aperfeiçoamento e eficiência da gestão pública.

O Parlamento, aberto e altivo, deve ser a primeira casa para essas respostas. A crise clama por respostas contundentes aos questionamentos. Vivemos uma situação de instabilidade, e a hora demanda equilíbrio, união e sabedoria. A autofagia da classe política é inquestionavelmente causa para a situação atual.

Minas Gerais e a política mineira são marcados pela paciência e por erigir pontes. Não permitamos que implodam a ponte da democracia, pois essa seria muito cara e distante para ser soerguida. O mineiro é como a política: surgiu para resolver problemas, e não para fugir deles. Somos a síntese da política, arquitetos do diálogo. As respostas à crise somente serão dadas através da política, sem nenhum demérito aos tribunais; as respostas virão pela política ouvindo as ruas e retomando a paz social.

Em discurso recente desta tribuna, ao homenagear os 60 anos da Amagis registrei: "A voz de Minas, sempre ouvida, recomenda o equilíbrio, aconselha outros caminhos possíveis e busca, permanentemente, a união para superar óbices transponíveis pela seriedade e pela decência". O axioma *bellum omnium contra omnes*, que parece nortear o País, não encarna a natureza do mineiro. É da tradição do nosso Estado a cautela e a conciliação, sem nunca hesitar na austeridade no trato da coisa pública. A gravidade do momento político e econômico que atravessamos no País poderia ser contornada mesmo com as dificuldades distintas, com um olhar para Minas, onde a maturidade na convivência entre os Poderes e a harmonia é o imperativo para superarmos transtornos e problemas. A trincheira dessa harmonia representa a esquina da resistência com a esperança.

Senhoras e senhores, Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. Vice-Governador, companheiros da bancada do PMDB, o ex-senador Ronan Tito indagado sobre quais eram as principais ideias de Ulysses Guimarães, assim respondeu: "Ele é um Dom Quixote, um homem para o qual o importante era lutar. E a Dulcineia, a namorada de Ulysses, era a democracia: ele tinha paixão pela democracia, enfrentava todos moinhos por sua Dulcineia". Então, continuemos a lutar e manter acesa a chama do velho MDB de guerra, a chama da democracia acesa e presente na vida dos mineiros e brasileiros. Assim seguiremos os



próximos 50 anos, encarando os problemas, propondo soluções, sempre priorizando o bem comum do nosso povo, da nossa gente.

Se podemos definir o PMDB em poucas palavras, é o partido que nunca faltou à Nação. Viva o PMDB! Viva Minas! Viva o Brasil!

Entrega de Placa

A locutora – O deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o deputado João Alberto, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão a entrega ao vice-governador do Estado de Minas Gerais e presidente estadual do PMDB, Antônio Andrade, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A política é, sem dúvida, o grande baluarte da democracia. Por meio dela, a pluralidade de opiniões e pensamentos encontra representação e concorre para o bem comum da sociedade. Por acreditarem nisso, cidadãos comprometidos com o povo brasileiro fundaram, em 24/3/1966, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Com uma história de luta pelas liberdades individuais e ideológicas, o partido se tornou o maior do Brasil e um dos mais expressivos na defesa da coisa pública. Ao reconhecer a importância do PMDB para o País, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta a ele honrosa homenagem pelos 50 anos de sua fundação”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Newton Cardoso

Meu caro presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, que tem sido, nesta Casa, um novo Metternich, da Áustria, pela sua competência, pela organização interna desta Casa, levando ao consenso; e sobretudo pela paciência de representar o PMDB nesta Casa e todos os demais companheiros.

Caríssimo vice-governador do Estado, Antônio Andrade, presidente do meu partido, hoje homenageado com muita alegria por nós; deputado federal Newton Cardoso Júnior, representando a Câmara dos Deputados em Brasília; conselheiro Sebastião Helvécio, que, com muita alegria, foi secretário de Saúde em uma época em que não havia chikungunya, nem o *Aedes aegypti*, graças a Deus; caro secretário de Estado de Governo, Odair Cunha, representando o governador do Estado; meu prezado companheiro deputado João Alberto, autor do requerimento, filho do nosso companheiro de feliz memória, João Bosco Murta Lages, que tive o prazer de indicar para o Tribunal de Contas, e também neto do Prof. Lages, meu professor na Escola de Direito; caro Antônio Júlio, presidente da AMM; Bruno Júlio, meu líder do PMDB jovem; PMDB nacional jovem; PMDB Afro; PMDB Mulher; deputados federais; deputados estaduais; prefeitos; lideranças de Minas Gerais; vereadores; minhas senhoras e meus senhores; gostaria de contar uma história.

Há 50 anos, Sr. Presidente, fui visitado na Magnesita, minha empresa, pelo Tancredo Neves, pelo Nogueira da Gama e pelo Jorge Ferraz, que estavam com um livro nas mãos. Era um livro para eu assinar, com a ficha do MDB. Assustado com aquele livro grande, pois não existia ficha, assinei o livro do PMDB para me candidatar a prefeito de Contagem, a convite do Nogueira da Gama, senador e presidente do MDB de Minas Gerais. Foi uma longa história. Quando hoje o PMDB recebe essa placa, sinto-me também honrado, pois essa história faz parte da minha vida. Naquela época, o PMDB era um partido de coragem: ele apoiava todas as siglas de esquerda que não podiam aparecer na época. Em seu grande guarda-chuva, cabia o PCdoB – o PT ainda não existia, mas havia uma esquerda atuante; abrigávamos todos com a força democrática.

Fui eleito prefeito, Sr. Presidente. Éramos 16 prefeitos em Minas Gerais, e o Itamar Franco era prefeito de Juiz de Fora. Éramos a resistência democrática corajosa. Ulisses Guimarães nos procurou para uma anticandidatura, enfrentando a ditadura. Fomos recebidos com cassetetes e cachorros, pois éramos um partido de coragem enfrentando a ditadura. Enfrentei tudo. Em Contagem, encontrei uma cidade pobre, com uma poluição imensa, mas o PMDB soube governá-la.

Sr. Presidente, no governo do Estado, honrei as tradições do partido e convoquei as lideranças jovens para o Estado, gente capaz e competente. E o PMDB soube apresentar ao Estado um governo construtivo, com estradas, hidrelétricas e tudo de que Minas precisava e sonhava.



Combatido fui, mas hoje me sinto engrandecido, porque aqueles bandidos, aqueles que se aureolam como santos hoje estão condenados, e meu nome, felizmente suportando, transpôs uma campanha pesada do governo do Estado de Minas com a cabeça erguida e corajosa. Isso seria um processo em minha vida pública, e hoje estamos diante de uma situação difícil.

Este auditório não comporta uma crítica em razão da nossa festa, mas tenho muita preocupação quando falam em cidadania. Usam essa palavra como se fosse água. O que é cidadania? Cidadania é uma expressão greco-romana usada para defender os ricos contra os pobres. O cidadão era o opressor contra os pobres; o cidadão era o nobre, mas essa palavra hoje é usada como se fosse signo de autenticidade e de respeito.

Ouçõ, a cada minuto, as palavras “Estado Democrático de Direito”; isso está em todos os jornais; toda a esquerda e a direita usam essa palavra. O que é isso? Estado Democrático de Direito é a inflação que está aí corroendo o bolso do povo brasileiro, é o desemprego que está reinando neste país, é o desgoverno e a falta de verba para tudo. Nós, do PMDB, temos que ter coragem cívica para propor um novo modelo. O PMDB, com a sua cabeça pensante, fez um programa com apoio de um plano futuro, uma ponte para transpor o tempo difícil que vivemos neste país. Como empresário, agora estou sofrendo isso na pele. Desempreguei, em meu grupo, mais de 3 mil pessoas nestes anos. A cada dia, a situação piora para o homem do campo. O assalto se tornou comum no interior do Estado sem policiamento, sem nada, sem respeito ao povo. A situação é crítica. Mas, infelizmente, o Estado federal e o Estado estadual estão inertes, não têm recursos para nada. Não existe nenhum programa de alento para o homem do campo, nem para o empresário, nem para o empregado. Por tudo isso, existem as nossas preocupações.

Não quero aqui fazer uma crítica maior porque essa presença hoje é para agradecer aos senhores por participar deste partido há 50 anos. Esse partido, o PMDB, é minha história também. Deixo um abraço para todos vocês e a esperança de um tempo novo, um tempo de coragem, um tempo de, sobretudo, esperança para o povo brasileiro. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Antônio de Andrade

Boa noite. Pretendia ler um discurso, mas meus óculos arrebentaram agora e estão sem uma lente. Então, vou ter que falar de improviso mesmo. O discurso é até muito bonito.

Cumprimento o deputado do nosso partido Adalclever Lopes, presidente desta Casa e que muito bem tem conduzido a Assembleia Legislativa, motivo de grande orgulho para nós. Cumprimento também as seguintes autoridades: o governador Newton Cardoso, de quem tive o prazer de ser colega durante quatro anos. Ele fez um grande governo aqui, em Minas Gerais, apelidado como o governador-trator pela quantidade de obras rodoviárias que fez pelo Estado de Minas Gerais; o Sr. Newton Cardoso Júnior, representado aqui a Câmara Federal e todos os deputados federais; a Sra. Christiane Neves Procópio, defensora pública-geral; o Sr. Odair Cunha, secretário de Governo de Minas Gerais, representando o governador Fernando Pimentel. Agora, à tarde, estive com o governador. Ele até queria vir, mas não pôde porque já tinha um compromisso às 18h30min, que iria se estender até as 20 horas. No entanto, ele deixa um forte abraço a todos vocês. Odair é o presidente do PT e está licenciado também; o deputado João Alberto, autor do requerimento; a deputada Celise Laviola, que está representando aqui todas as mulheres, em cuja pessoa quero cumprimentar todas as mulheres presentes; o Sr. Antônio Júlio, prefeito de Pará de Minas e presidente da AMM, representando todos os prefeitos; o conselheiro Sebastião Helvécio, presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Tive a alegria e o prazer de estar com ele agora à tarde, lá no TCE; o Bruno, presidente nacional do PMDB da juventude; todos os deputados estaduais. Aliás, vejo aqui vários, mas não vou me atrever a falar o nome de cada um; os deputados federais aqui presentes; os secretários de Estado; o presidente e o vice-presidente da Cemig; Eduardo Andrade, diretor da Cemig; todos os presentes e principalmente a militância do PMDB.

Quero falar da alegria de vir aqui, João Alberto, para comemoração dos 50 anos do PMDB. O PMDB teve momentos de glória, mas também momentos difíceis. O João historiou todo o tempo dos 50 anos do PMDB. Desde 1966, ele vem historiando cada momento do partido. Naquele momento era complicado estar no PMDB. Havia dedicação do nosso presidente, o saudoso Ulysses Guimarães. E aqui vejo dois representantes do MDB, em 1966: Ângelo Tadeu e Newton Cardoso.



Neste momento quero dizer que o PMDB é um grande partido que soube respeitar o pluralismo e sabe respeitar cada partido. Alguém que me antecedeu disse muito bem: o PMDB sabe respeitar cada partido, seja ele representado por um, seja por dois, seja por três, seja por vários deputados. É o maior partido acima dos outros, mas tem seus programas. A sua militância é a grande força do partido. Hoje tem mais de 150 prefeitos, quase mil vereadores, praticamente tem diretórios e comissões provisórias espalhadas por todo o Estado. E sabe muito bem que em algumas cidades terá que fazer coligações, terá o apoio e apoiará alguns outros partidos. Vejo com alegria que, nestes 50 anos, o PMDB soube representar muito bem o povo mineiro, o povo brasileiro. Minas tem a sua trajetória pela democracia, pelo espírito de liberdade, e o PMDB vê muito bem o nosso povo mineiro. Aqui, fomos representados por quatro governadores: Tancredo Neves, Newton Cardoso, Hélio Garcia e Itamar Franco. Hoje, o presidente do PMDB nacional, Dr. Michel Temer, representa-nos muito bem. Ao longo destes 50 anos, o PMDB errou algumas vezes, mas acertou muito mais do que errou. É a glória de um grande partido, um partido que tem meio século de existência – poucos partidos têm 20, 30 anos de existência –, mas sempre com grande respeito a todos. Nós, do PMDB mineiro, estamos unidos. O Newton Cardoso, o deputado Adalclever Lopes, as grandes forças do nosso partido sabemos que o povo mineiro precisa muito da nossa força, precisa de todos, precisa da união da classe política. Em seu pronunciamento, o Antônio Júlio disse muito bem que a solução do nosso país está na classe política, que é hoje odiada, falada, massacrada pela população, mas é a solução desse país. Como muito bem disse o Sebastião Helvécio, o técnico deve dar a solução, cabe ao gestor, à classe política, tomar a decisão que melhor lhe convém no momento. É isso que o PMDB tem feito.

Agradeço muito ao João Alberto e a toda a militância do PMDB, aqui representada pela sua juventude, PMDB Afro, PMDB Mulher, que representam muito bem o nosso partido. A todo o momento fazemos reuniões com portas abertas, discutimos assuntos de interesse do nosso estado. Compomos o governo do Estado, o governo que é do PT, que é do Fernando Pimentel, e compomos um governo que é austero, um governo preocupado em regionalizar Minas Gerais. Sabemos da importância dessa regionalização, sabemos da importância dessa austeridade e queremos estar sempre presentes em todos os momentos em parceria com todos os partidos políticos. Agradeço a todos os partidos políticos que estão aqui conosco, o PT, o PCdoB, o PR, etc., comemorando os 50 anos do PMDB. A todos, o meu muito obrigado, de coração!

Apresentação Musical

A locutora – Assistiremos agora ao Grupo Municipal do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios, que apresentará as seguintes músicas: *Ibiza dance*, do Roupas Nova, e *Sweet child o'mine*, do Guns N'Roses.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 5, às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 5/4/2016.). Levanta-se a reunião.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2016

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 3.453/2016, da Mesa da Assembleia, com a Emenda nº 1; Projeto de Lei nº 3.195/2016, do procurador-geral de Justiça; e Projeto de Lei nº 3.231/2016, do Tribunal de Justiça, na forma do Substitutivo nº 1.



Em redação final: Projeto de Lei nº nº 3.396/2016, do governador do Estado, e Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, do governador do Estado.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/4/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.031/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Sistema Estadual de Transporte em Saúde, esclarecendo a substituição da rota de veículos prevista para 2015, deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite, e a implantação de novos módulos do Sets com vistas à universalização do programa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.032/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados



com o contrato de 7/5/2015, publicado no *Minas Gerais* nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência O novo Código Civil Brasileiro, realizada no Minas Centro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido das informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.090/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou substituição da frota de veículos pertencente à administração pública direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.174/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. (Urgência) A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 921/2015, do deputado Braulio Braz, que institui o Polo de Piscicultura Ornamental e dá outras providências. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.929/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2016, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.453/2016, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2016. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.019/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo, que dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 13.955, de 20 de julho de 2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – a doar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.156/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.294/2016, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Mensagem nº 120/2016, do governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.195/2016, do Procurador-Geral de Justiça, e 3.231/2016, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.781/2015, do deputado Carlos Pimenta.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.129 e 4.140/2016, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.763/2015, do deputado Léo Portela; 3.149/2015, do deputado Fred Costa; 3.184/2016, do deputado Gilberto Abramo; 3.307 e 3.308/2016, do deputado Leandro Genaro.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 5/2015, do deputado Cabo Júlio; Projetos de Lei nºs 96 e 288/2015, do deputado Fred Costa; 317/2015, do deputado Arlen Santiago; 322 e 390/2015, do deputado Fred Costa; 442/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 446/2015, do deputado Arlen Santiago; 494, 552 e 586/2015, do deputado Fred Costa; 744/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 779/2015, do deputado Cabo Júlio; 794 e 835/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 867/2015, do deputado Arlen Santiago; 869/2015, do deputado Paulo Lamac; 1.023/2015, do deputado Fábio Cherem; 1.031/2015, do deputado Léo Portela; 1.044/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.058/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.089/2015, do deputado Fred Costa; 1.118/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.181/2015, do deputado Léo Portela; 1.189/2015, do deputado Arnaldo Silva; 1.215/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.326/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.376 e 1.379/2015, do deputado Carlos Henrique; 1.437/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.480/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.569/2015, do deputado Tiago Ulisses; 1.604/2015, do deputado Léo Portela; 1.658/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Duarte Bechir; 1.734/2015, do deputado Fred Costa; 1.761/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.831/2015, da deputada Marília Campos; 1.880/2015, do deputado Elismar Prado; 1.924 e 1.981/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.014 e 2.068/2015, do deputado Elismar Prado; 2.078/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.111/2015, do deputado Elismar Prado; 2.177/2015, do deputado Roberto Andrade; 2.191/2015, dos deputados Adalclever Lopes, Agostinho Patrus Filho e Tiago Ulisses; 2.195/2015, do deputado Douglas Melo; 2.382/2015, do deputado Fred Costa; 2.462/2015, do deputado Noraldino Júnior; 2.508/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.516/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.600/2015, do deputado Wander Borges; 2.739/2015, do deputado Léo Portela; 2.741/2015, do deputado Fred Costa; 2.871/2015, do deputado Léo Portela; 2.873/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.919/2015, do deputado Léo Portela; 2.926/2015, do deputado Paulo Lamac; 2.954/2015, do deputado Léo Portela; 2.971/2015, do deputado Arlen Santiago; 3.001/2015, do deputado Isauro Calais; 3.003/2015, do deputado Thiago Cota; 3.050/2015, do deputado Professor Neivaldo; 3.090/2015, do deputado João Alberto; 3.192 e 3.193/2016, do governador do Estado; 3.200/2016, do deputado João Alberto; 3.265/2016, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Fred Costa; 3.290/2016, do deputado Nozinho; 3.300/2016, do deputado Tito Torres; 3.302/2016, do deputado Léo Portela; 3.312/2016, do governador do Estado; 3.323/2016, do deputado Bosco; 3.397/2016, do governador do Estado; e 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.945/2015, do governador do Estado; 1.302/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.129/2015, do deputado Dilzon Melo; 2.337/2015, do deputado Cássio Soares; 3.069/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 3.074/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 3.110/2015, do deputado Gustavo Valadares; 3.164/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 3.288/2016, do deputado Fábio Cherem; 3.304/2016, do deputado Carlos Pimenta; 3.322/2016, da deputada Rosângela Reis; 3.324/2016, do deputado Antônio Jorge; 3.329, 3.330 e 3.331/2016, do deputado Carlos Pimenta e 3.333/2016, do deputado Cássio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.856/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior.



Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.265/2016, do deputado Fred Costa.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discutir e votar pareceres de redação final

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 270/2015, do deputado Inácio Franco; 1.664/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.126/2015, do deputado João Leite; 2.183/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.222/2015, do deputado Nozinho; 2.317/2015, do deputado Vanderlei Miranda; 2.829/2015, do deputado Paulo Lamac; 3.113/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 3.147 e 3.148/2015, do deputado Hely Tarquínio; 3.183/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.209 a 3.212/2016, do deputado Emidinho Madeira; e 3.245/2016, do deputado Gil Pereira.

Requerimentos nºs 3.850/2016, da Comissão de Administração Pública, e 4.237/2016, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater o possível fechamento de maternidade e unidades do Sistema Único de Saúde – SUS – de Betim.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.322/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.985/2015, da deputada Geisa Teixeira; 2.995 e 3.132/2015, do deputado Fabiano Tolentino.

Requerimento nº 4.238/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 13/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a ouvir a Srª Ana Patrícia Ferreira França, delegada da Delegacia Especializada em Atendimento ao Idoso e ao Deficiente, sobre os crimes cometidos contra idosos no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 13 de abril de 2016,



destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 3.174/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências; 3.195/2016, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2015; 3.231/2016, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; e 3.453/2016, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2016; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e dos Requerimentos nºs 1.031/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Sistema Estadual de Transporte em Saúde, esclarecendo a substituição da rota de veículos prevista para 2015, deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite, e a implantação de novos módulos do Sets com vistas à universalização do programa; 1.032/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde; 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas; 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050; 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais; 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados com o Contrato de 7/5/2015, publicado no *Minas Gerais* nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência O Novo Código Civil Brasileiro, realizada no Minas Centro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015; 1.081/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido das informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto; 1.089/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e dos serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais; 1.090/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008; 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis; e 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou substituição da frota de veículos pertencente às administrações públicas direta, autárquica e fundacional e a empresas estatais dependentes, bem



como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex; na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal; 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores; 921/2015, do deputado Braulio Braz, que institui o Polo de Piscicultura Ornamental e dá outras providências; 1.019/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica; 1.100/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica; 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo, que dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 13.955, de 20 de julho de 2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários; 2.223/2015, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado; 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras; 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – a doar o imóvel que especifica; e 2.929/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de abril de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.978/2016, do deputado Douglas Melo; 3.981/2016, do deputado Thiago Cota; 3.982/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.986/2016, do deputado Douglas Melo; 4.049/2016, do deputado Gilberto Abramo; 4.102/2016, do deputado Douglas Melo; 4.117/2016, do deputado Noraldino Júnior; 4.132/2016, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 4.134/2016, do deputado Noraldino Júnior; 4.142/2016, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 4.188/2016, do deputado Douglas Melo; 4.233/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.295/2016, do deputado Antônio Jorge; de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater o tema Desafios da diversidade – transexualidade e homossexualidade no ambiente escolar; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Léo Portela, Cássio Soares, Dilzon Melo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Gilberto Abramo, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/4/2016, às 11h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Mensagem nº 14/2015, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2016, às 9h30min, na Câmara Municipal de Viçosa, com a finalidade de, em audiência pública, debater a instalação da Superintendência de Educação no referido município e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.322/2015****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Glaycon Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Santanenses Ausentes – Asa –, com sede no Município de Santana dos Montes.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Santanenses Ausentes – Asa –, com sede no Município de Santana dos Montes, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que tem por escopo a preservação das festividades tradicionais do município.

Na consecução desse propósito, a instituição promove reuniões buscando integrar os cidadãos presentes e ausentes do município, organiza atividades culturais e esportivas para os associados e coordena encontros visando à preservação das tradições culturais do município.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol da preservação da tradição cultural do Município de Santana dos Montes, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.322/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.147/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores de Ponte Firme e Distrito, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.147/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores de Ponte Firme e Distrito, com sede no Município de Presidente Olegário, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento comunitário e a assistência social.

Com esse propósito, a instituição trabalha em prol da comunidade e em defesa de políticas públicas de interesse comunitário, com a participação dos moradores, promove atividades sociais, educacionais, culturais e desportivas e celebra convênios e parcerias com associações congêneres.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores de Ponte Firme e Distrito em prol dessa comunidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.147/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.148/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Foliões de Santos Reis de João Pinheiro, com sede no Município de João Pinheiro.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.148/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Foliões de Santos Reis de João Pinheiro, com sede no Município de João Pinheiro, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a valorização da cultura e a assistência social.

Com esse propósito, a instituição difunde manifestações culturais de caráter folclórico, contribuindo para a preservação da cultura local, atua no combate à fome e à pobreza e presta atendimento social à criança, ao adolescente, aos idosos e aos portadores de deficiência física.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.148/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.183/2016**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Rotary Club de Ouro Fino, com sede no Município de Ouro Fino.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.183/2016 pretende declarar de utilidade pública o Rotary Club de Ouro Fino, com sede no Município de Ouro Fino, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção humana e a assistência social.

Com esse propósito, a instituição desenvolve o companheirismo e estimula a melhoria da comunidade; promove a ética; realiza atividades de assistência social por meio dos seus associados; estimula a organização e a formação educacional e cultural dos jovens.



Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Rotary Club de Ouro Fino nesse município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.183/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.209/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Emidinho Madeira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Esteves, com sede no Município de Cabo Verde.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.209/2016 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Esteves, com sede no Município de Cabo Verde, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição presta assistência social a grupos vulneráveis; integra seus beneficiários ao mercado de trabalho, por meio da promoção de cursos profissionalizantes; realiza atividades de proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; elabora projetos e firma convênios com órgãos e entidades financiadoras para atendimento às necessidades da comunidade; e desenvolve atividades promocionais, culturais e recreativas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Bairro Esteves em prol dessa comunidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.209/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.210/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Emidinho Madeira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Coelhoos, com sede no Município de Cabo Verde.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.210/2016 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Coelhoos, com sede no Município de Cabo Verde, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição presta assistência social a grupos vulneráveis; atua no combate à fome e à pobreza por meio de programas de distribuição de alimentos, agasalhos e materiais de construção; integra seus beneficiários no mercado de trabalho, com a promoção de cursos profissionalizantes; elabora projetos e firma convênios com órgãos e entidades financiadoras para atendimento às necessidades da comunidade; e desenvolve atividades culturais, promocionais e recreativas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Coelhoos no Município de Cabo Verde, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.210/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.211/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Emidinho Madeira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Bartolomeu de Minas, com sede no Município de Cabo Verde.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.211/2016 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Bartolomeu de Minas, com sede no Município de Cabo Verde, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento comunitário e a assistência social.

Com esse propósito, a instituição presta assistência social a grupos vulneráveis; promove a integração de seus beneficiários ao mercado de trabalho, por meio da realização de cursos profissionalizantes; privilegia a integração com órgãos e entidades de programas de geração de emprego e renda; colabora com a proteção à saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, incentivando o aleitamento materno, promovendo campanhas de combate e prevenção a doenças transmissíveis e infectocontagiosas em parceria com os órgãos competentes; elabora projetos e firma convênios com órgãos e entidades financiadoras para atendimento às necessidades da comunidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Cabo Verde, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.211/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.195/2016**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De autoria do procurador-geral de Justiça, o projeto de lei em epígrafe fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2015.

Aprovada no 1º turno na forma original, retorna a matéria a esta comissão para receber parecer de 2º turno, nos termos do art. 102, VII, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob análise pretende, conforme consta em seu art. 1º, efetuar a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República, mediante a aplicação do índice de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor dos multiplicadores a que se refere o item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 1999. Os efeitos da revisão retroagirão a 1º de maio de 2015.

Em Plenário o projeto foi aprovado em sua forma original.

Conforme manifestação desta comissão no 1º turno, cabe destacar que a matéria em tela implica criação de despesas de pessoal para o erário, sendo que a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, estabelece, em seu art. 17, § 1º, que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, como é o caso dessas despesas, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro; em seu art. 18, a LRF define despesa total com pessoal e, nos arts. 19 e 20, estabelece limitações para tais gastos.

Contudo, o art. 17, § 6º, combinado com o art. 22, parágrafo único, inciso I, da mesma lei excepciona do cumprimento dessas exigências a revisão de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição da República.

Não obstante, o procurador-geral de Justiça, por meio de ofício que encaminha o projeto, afirma que a implementação da medida proposta "importará o valor de R\$ 41.415.383,50 (quarenta e hum milhões, quatrocentos e quinze mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)", valor este previsto no orçamento de 2016, conforme com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda sobre o impacto financeiro, conforme justificativa que acompanha a proposição, "R\$23.816.428,86 (vinte e três milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos) correspondem ao ano de 2016, e R\$17.598.954,64 (dezessete milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) correspondem ao ano de 2015", montantes estes que serão suportados com recursos orçamentários próprios.

Destaque-se que a matéria em tela atende também ao disposto no art. 169, II, da Constituição Federal, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na LDO, que já concede essa autorização em seu art. 14.

Em razão do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes.

Sendo assim, não há óbice ao prosseguimento, nesta Casa, do projeto em comento.



Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016, na forma original.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Thiago Cota, relator – Felipe Attiê – João Leite.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.231/2016

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a proposição em epígrafe, encaminhada por meio do Ofício nº 4/2016, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

O projeto foi aprovado em 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Retorna, agora, a matéria a esta comissão para receber parecer de 2º turno, nos termos do art. 189, § 1º, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que integra este parecer.

Fundamentação

A proposição em exame reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais em 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), o qual será concedido em duas etapas, por meio da alteração do valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos, que passará a ser de:

- R\$1.047,67 a partir de 1º de janeiro de 2016; e
- R\$1.091,67 a partir de 1º de maio de 2016.

Durante a tramitação em 1º turno, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – encaminhou o Ofício nº 7/2016, solicitando que a ementa da proposição fosse alterada para "Fixa o percentual de revisão salarial dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, relativa ao ano de 2015", dado que o referido projeto tinha por objetivo cumprir acordo judicial firmado entre a administração do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e as entidades representativas de seus servidores para pôr fim a movimento paredista, consistente na concessão da data-base referente ao ano de 2015.

Percebe-se, dessa forma, que o projeto em análise cuida da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2015, sendo que o percentual de 6,28% é obtido pela aplicação do percentual de 4,20%, a ser concedido em 1º de maio de 2016, sobre o percentual de 2%, a ser concedido de forma retroativa a 1º de janeiro de 2016.

A matéria foi aprovada em 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, que, em síntese, incorporou as alterações solicitadas pelo presidente do TJMG, além de ter adequado a proposição à técnica legislativa.

Conforme manifestação desta comissão no 1º turno, entendemos que o projeto em tela implica criação de despesas de pessoal para o erário, estando condicionadas ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Contudo, conforme foi verificado, a concessão de revisão está dispensada do cumprimento desses requisitos legais, conforme estabelece o art. 17, § 6º, combinado com o art. 22, parágrafo único, inciso I, da LRF.

Não obstante, o presidente do Tribunal de Justiça, por meio da justificção do projeto, informou a esta Casa que o impacto orçamentário-financeiro decorrente da implementação da proposta será, para o Tribunal de Justiça, de R\$138.441.494,40, nos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018.

Já em relação ao Tribunal de Justiça Militar, o impacto orçamentário-financeiro decorrente da implementação da proposta será de R\$755.588,11, para o exercício financeiro de 2016, e de R\$888.793,77, para os exercícios financeiros de 2017 e 2018.

O presidente daquele órgão informou, ainda, que a despesa referente ao exercício de 2016 apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e que também "poderá ser custeada com recursos orçamentários próprios e não importa desrespeitos aos limites impostos" pela LRF.

Destaque-se que a proposição em tela atende ao disposto no art. 169, II, da Constituição da República, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A LDO em vigor concede essa autorização em seu art. 14.

Ressaltamos, porém, que, por força do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes, bem como à observância dos limites constitucionais e legais.

Conclusão

Com base no exposto, concluímos pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2016 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê, relator – Thiago Cota – João Leite.

PROJETO DE LEI Nº 3.231/2016

(Redação do Vencido)

Concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica concedida revisão anual, de que trata a Lei nº 18.909, de 31 de maio de 2010, referente à data-base de 2015, aos servidores do Poder Judiciário do Estado, aplicando-se o percentual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) sobre o valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos, constante no item "b" do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000.

Art. 2º – A revisão de que trata o art. 1º se dará em duas etapas:

I – 2% (dois por cento) a partir de 1º de janeiro de 2016, passando o valor do padrão PJ-01, constante no item "b" do anexo a que se refere o art. 1º, a ser de "R\$1.047,67";

II – 4,2% (quatro vírgula dois por cento) a partir de 1º de maio de 2016, passando o valor do padrão PJ-01, constante no item "b" do anexo a que se refere o art. 1º, a ser de: "R\$1.091,67".

Art. 3º – O disposto nesta lei não se aplica:

I – ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo;

II – ao servidor de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007.

Art. 4º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.453/2016

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembleia, o projeto de lei sob comento dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2016.

A matéria foi aprovada no 1º turno, com a Emenda nº 1, e vem agora a esta Mesa para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 195, combinado com o art. 79, VIII, “a”, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em análise teve, no parecer desta Mesa para o 1º turno, seus aspectos formais, financeiros e orçamentários devidamente apreciados. Por meio da Emenda nº 1, alterou-se o texto do art. 1º, para adequar o percentual de correção dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa ao índice oficial de inflação referente aos últimos doze meses, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, o qual é de 9,39% (nove vírgula trinta e nove por cento).

O projeto veicula, como destacado no 1º turno, a revisão geral anual preconizada pela Constituição da República no inciso X do *caput* de seu art. 37, bem como no *caput* do art. 24 da Constituição Estadual. Com base nesses preceitos, a Lei nº 19.838, de 2 de dezembro de 2011, estabeleceu o mês de abril como marco para a recomposição da remuneração e dos proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia. Assim, apurou-se, de 1º de abril de 2015, data a partir da qual vigorou o último reajuste concedido, até o mês de março deste ano, o mencionado percentual de 9,39%, o qual será utilizado para a correção da tabela de índices e padrões de vencimento da Assembleia Legislativa.

Importante lembrar que a revisão geral proposta sobre proventos e pensões não se aplica aos servidores aposentados cujos proventos tenham sido calculados sem paridade com a remuneração dos servidores ativos e sejam reajustados pelas regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS –, conforme o disposto na Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Estão ainda fora do alcance da revisão dos proventos os servidores de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007, cujo cálculo e cuja sistemática de reajuste também se regem pelo RGPS.

Saliente-se, por fim, que o projeto em análise não trata de aumento real de salário, mas da recomposição dos valores remuneratórios em virtude da inflação acumulada nos últimos doze meses, de modo a manter o poder aquisitivo da remuneração do servidor. Além disso, busca-se reconhecer o comprometimento e a participação dos servidores desta Casa no esforço para atingir as metas institucionais traçadas para o Poder Legislativo.

Pelas razões expostas, impõe-se como conveniente e oportuna a aprovação da presente proposição no 2º turno.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.453/2016, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de abril de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Ulysses Gomes, relator – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

**PROJETO DE LEI Nº 3.453/2016****(Redação do Vencido)**

Dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2016.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O valor do índice básico utilizado para o cálculo da tabela de vencimentos básicos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, previsto no art. 5º da Lei nº 16.833, de 20 de julho de 2007, com o reajuste aplicado pela Lei nº 21.697, de 25 de maio de 2015, fica reajustado em 9,39% (nove vírgula trinta e nove por cento), passando a ser de R\$644,42 (seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), a partir de 1º de abril de 2016, nos termos do art. 2º da Lei nº 19.838, de 2 de dezembro de 2011.

Art. 2º – O disposto no art. 1º não se aplica:

I – ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo;

II – ao servidor de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/4/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alexandre Aparecida de Souza, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

exonerando Ilmara Santos de Souza Freitas, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Yolanda Beatriz Abreu Martins, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Diogo Oliveira Santos, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Lúcio Carlos Chimicatti Filho, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

nomeando Samuel Martins de Menezes, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO**Concorrência nº 1/2015****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 37/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna pública a suspensão da reunião que seria realizada no dia 13/4/2016, às 14h30min, para a abertura dos envelopes de preços previstos no item 7 do Edital da Concorrência nº 1/2015. Oportunamente será publicada nova data para a abertura.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.



Eduardo de Mattos Fiuza, presidente da Comissão Permanente de Licitação.



ERRATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/7/2015, na pág. 22, na 3ª Fase da 2ª Parte, antes dos requerimentos recebidos para posterior apreciação, inclua-se:

“É recebido e aprovado o Requerimento nº 2.547/2015, da deputada Cristina Corrêa e do deputado Iran Barbosa, em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Santa Luzia para debater questões relacionadas à saúde pública.”.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/12/2015, na pág. 15, após o Requerimento nº 4.491/2015, inclua-se o seguinte requerimento:

“nº 4.493, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública, no Bairro de Nova Contagem, no Município de Contagem, para debater as condições do transporte coletivo do bairro e do Município de Esmeraldas, com a presença das autoridades estaduais e municipais que fiscalizam e gerenciam esse serviço;”.